



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônio em tempos de crise

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil

Leonardo Leal Esteves



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ESTEVES, Leonardo Leal. Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 53-72, jul-dez 2023. Semestral.

Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil

Leonardo Leal Esteves¹

Resumo

Neste artigo, procuro refletir sobre as razões da ameaça de fechamento de um museu dedicado à salvaguarda do frevo no Recife – PE, pouco tempo depois do reconhecimento desta expressão cultural como patrimônio pelo IPHAN e pela UNESCO. Partindo de uma etnografia em torno de uma série de protestos e da análise do contexto político brasileiro recente, busco chamar atenção para os desafios em torno da manutenção de equipamentos culturais e dos desdobramentos das crises que enfrentamos no campo do patrimônio no Brasil em níveis locais.

Palavras-chave: Crises políticas; frevo; museu; patrimônio.

Abstract

In this paper, I try to highlight the reasons behind the threat to a museum related to frevo in Recife - PE, after the recognition of this cultural expression as a Cultural Heritage by IPHAN and UNESCO. Based on an ethnography of some protests and on the recent Brazilian political context analysis, I try to shed light on the challenges regarding the maintenance of cultural equipment and the echoes of the recent crises that we have faced in the heritage field in Brazil at the local levels.

Keywords: Political crises; frevo; museum; cultural heritage.

¹ Pesquisador do Programa Internacional de Pós-doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (IPP-CEBRAP) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGA-UFS). Email: leonardolesteves@gmail.com.

Introdução

Em dezembro de 2018, houve uma manifestação de músicos, maestros, passistas, representantes de agremiações carnavalescas e de foliões em geral ao redor de um museu chamado “Paço do Frevo”, localizado na cidade do Recife – PE. Gritando palavras de ordem, empunhando cartazes, executando instrumentos musicais e promovendo um grande abraço coletivo em torno do edifício, a mobilização buscava chamar atenção para o iminente fechamento daquele museu.

Rumores sobre o possível encerramento das atividades da referida instituição passaram a surgir na cidade, quando vieram a público notícias a respeito do fechamento do Paço do Frevo por tempo indeterminado e demissão de todos os seus funcionários (Diário de Pernambuco, 2018; Jornal do Commercio, 2018; Nascimento, 2018). Especulações acerca da finalização do contrato de gestão celebrado entre a Prefeitura do Recife e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG² começaram a circular nas redes sociais e na mídia local, em meio a um cenário de cortes sistemáticos de verbas para o campo da cultura e de políticas de austeridade que vinham sendo implementadas cada vez mais pelo poder público nas esferas municipal, estadual e federal no País.

Nos últimos anos no Brasil, particularmente entre 2016 e 2022, segmentos defensores de políticas neoliberais e setores de extrema direita passaram a assumir o poder. Com isso, pôde-se perceber uma expressiva diminuição de investimentos em áreas da cultura e do patrimônio, desmonte de órgãos, instituições e políticas culturais, bem como uma crescente repressão à liberdade de expressão de determinados segmentos artísticos. Alguns setores da cultura e do patrimônio passaram a ser considerados, neste contexto, além de dispensáveis no orçamento público, conforme a lógica produtiva neoliberal (GUIMARÃES, 2013; 2020; MOTTA; SARMENTO, 2022), ao que tudo indica, “entraves” a determinados projetos de dominação de “corações e mentes”.

O Paço do Frevo, entretanto, havia sido inaugurado havia poucos anos, em 2014, em meio a uma grande celebração na cidade, a partir do registro do frevo como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2007, e de sua inclusão na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, em 2012. Desde a sua inauguração, o museu vinha promovendo diversas atividades,

² O IDG é uma OS voltada à gestão de equipamentos e espaços públicos ligados à cultura e ao meio ambiente.

havia recebido prêmios e passou a ter um expressivo reconhecimento, no plano nacional e internacional, pela exemplaridade de suas ações.

O iminente fechamento daquele equipamento pareceu representar, com isso, para além da natural interrupção das atividades de um museu, uma frustração para os artistas e grupos que vivem mais cotidianamente o frevo em Pernambuco. Considerando que, mesmo uma instituição que havia sido idealizada e construída no cerne e em função daquilo que Henri-Pierre Jeudy (2005) chamou de “maquinaria patrimonial”, que usufruía de relativa autonomia e expertise para captação de recursos e que vinha sendo premiada e respeitada por conta da exemplaridade de suas ações poderia fechar suas portas, ficou evidente que havia desafios inerentes ao próprio campo do patrimônio e, ao que tudo indica, inúmeras fragilidades na garantia das políticas de patrimonialização.

O caráter aparentemente “inflacionário” da categoria patrimônio na contemporaneidade – que pode se estender indefinidamente para diversos domínios de nossa vida cotidiana – conforme José Reginaldo Santos Gonçalves (2015), aliado às dificuldades em torno da manutenção por parte do poder público daquilo que foi patrimonializado, como observa Paulo Peixoto (2016), aparentemente se tornam mais evidentes em episódios como este que ocorreu no Museu Paço do Frevo.

Por outro lado, o protesto dos artistas e grupos ligados ao frevo parece ter lançado luz para o fato de que os indivíduos fazem uso do patrimônio, enquanto categoria, em arenas políticas e na vida cotidiana. Ainda que a “participação cidadã” neste campo seja muitas vezes mais uma retórica do que propriamente uma prática vivenciada pelos indivíduos e grupos (ESTEVEZ, 2017; PEIXOTO, 2016), isto não quer dizer que estes atores sociais não ressignifiquem categorias como “patrimônio”, “cultura”, “comunidade”, dentre outras, e não as incorporem em suas práticas, de um modo “enraizado” (ANDERSON, 2008; COMAROFF, 2009; CUNHA, 2009; GONÇALVES, 2009; ESTEVES, 2016; MEYER; PORT, 2018; SAHLINS, 1992).

Refletir, enfim, sobre as razões por trás da ameaça de fechamento do museu, poucos anos depois de sua inauguração, e as estratégias utilizadas pelos atores sociais para salvaguardar aquilo que consideram ser “o seu patrimônio” são propósitos centrais deste artigo. Para isso, procurei descrever e analisar etnograficamente aquilo que Max Gluckman (2010) chamaria de “eventos” e “processos”, buscando situá-los no contexto político e econômico brasileiro mais geral dos últimos anos. Esse “campo”, no sentido amplo do termo (GUPTA, FERGUSON,

1997), foi sendo constituído a partir de participações em reuniões, mobilizações e atividades ligadas ao universo do frevo, de entrevistas e conversas informais com representantes desta expressão cultural e com gestores do referido museu, bem como da análise de relatórios, documentos e matérias jornalísticas relacionadas às políticas públicas de cultura e patrimônio.³

Espero, com isso, que estes apontamentos possam contribuir para ampliar a compreensão dos desafios e perspectivas da salvaguarda em torno do patrimônio imaterial na atualidade, bem como para a análise de alguns dos efeitos das recentes crises políticas que enfrentamos neste campo no Brasil em níveis locais.

A inauguração do Museu Paço do Frevo e a guerra à cultura e ao patrimônio

O Paço do Frevo é um museu inaugurado em 9 de fevereiro de 2014, a partir das sugestões contidas no Plano Integrado de Salvaguarda, após o reconhecimento desta expressão como patrimônio cultural em 2007 pelo IPHAN e em 2012 pela UNESCO (IPHAN, 2011). Com base nas diretrizes indicadas neste documento, o equipamento foi concebido como espaço de referência no desenvolvimento de ações, programas e atividades integradas com vistas à valorização, difusão e continuidade do frevo para as próximas gerações.

O museu está sediado em um prédio tombado pelo IPHAN, onde funcionou entre 1906 e 1973 a antiga companhia de telégrafo Western Telegraph Company, no bairro do Recife, área central da cidade. A partir de uma parceria público-privada, entre a Prefeitura do Recife e a Fundação Roberto Marinho, o edifício foi readequado para abrigar exposições, centro de documentação, salas de aula, estúdio, rádio e espaços para apresentações.

É importante salientar que o processo de registro do frevo como patrimônio pelo IPHAN ocorreu em 2007, como mencionei anteriormente. Naquele período, houve um contexto de alinhamento político entre o governo federal, representado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), o governo estadual, pelo então governador Eduardo Campos (Partido Socialista Brasileiro – PSB) e a Prefeitura do Recife, pelo então prefeito João Paulo (Partido dos Trabalhadores – PT).

³ O acesso ao campo e aos interlocutores foi facilitado, em alguma medida, em razão de minha experiência prévia como coordenador de pesquisa e documentação do Paço do Frevo, entre os anos de 2014 e 2015, bem como de um relativo acúmulo de pesquisas e atuações no campo das políticas públicas de patrimônio que venho desenvolvendo desde 2006 (ESTEVEZ, 2022b).

Desde 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores – PT nas eleições presidenciais, e sua reeleição em 2006, o governo federal passou a empreender um esforço para recompor e ampliar a presença do Estado no âmbito nacional no campo das políticas culturais. Para isso, implementou um conjunto de modificações na estrutura da máquina pública e promoveu uma série de mudanças em suas ações, com o objetivo de atender a demandas dos movimentos sociais, de forma articulada e pactuada com estados e municípios.

Por meio do chamado Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI do IPHAN, por exemplo, “processos culturais de grande complexidade e dinamismo, presentes na vida das camadas populares brasileiras, deveriam [...] ser incluídos entre as preocupações de preservação do patrimônio cultural”, como observou Maria Laura Cavalcanti (2008, p. 21). A partir disso, houve uma ampliação das políticas de patrimônio e passaram a ser formulados planos de salvaguarda para lidar com manutenção de bens culturais de natureza imaterial de referência para diversas comunidades.

Desde que foi inaugurado, em 2014, o Paço do Frevo passou então a desenvolver uma série de ações voltadas ao fomento e manutenção e tem se consolidado como um espaço de convivência, produção, difusão e convergência em torno do frevo. Por meio destas ações, o Paço do Frevo passou a assumir um relativo protagonismo nas políticas públicas de salvaguarda em relação a esta expressão cultural.

Não por acaso, o “Museu do Frevo” ou a “Casa do Frevo”, como muitas vezes é chamado, tem sido premiado nacionalmente, elogiado internacionalmente e vem sendo reverenciado pela própria comunidade pelo êxito de suas ações.⁴ Além disso, o Paço do Frevo vinha recebendo anualmente mais de 100 mil visitantes, nível de visitação bastante expressivo em relação aos demais equipamentos culturais da cidade.

Pouco tempo depois de sua criação, no entanto, não só este equipamento, mas outras instituições ligadas ao frevo na cidade do Recife e outros segmentos artísticos e culturais em diferentes localidades do País passaram a sofrer as consequências de uma crise política e econômica crescente e de grandes proporções no Brasil (GUIMARÃES, 2020; 2013; MOTTA; SARMENTO, 2022). Suas raízes – se pudéssemos avançar em uma espécie de etnografia “multissituada” (MARCUS, 2001) e considerar uma perspectiva mais macroestrutural –

⁴ Isso não quer dizer que, como em todo museu, não haja tensões e disputas em torno de alguns aspectos de sua museografia e do seu modelo de gestão, como tive oportunidade de discutir em outro artigo (ESTEVES, 2022a). De qualquer forma, há um relativo consenso em relação à importância deste equipamento para a salvaguarda do frevo na cidade.

estariam possivelmente além-mar, com repercussões duráveis em diversas dimensões de nossas vidas.

Conforme alguns analistas, as turbulências sociais, políticas e econômicas recentes, enfrentadas no Brasil e em diferentes países, estariam de alguma forma relacionadas à crise mundial de 2008 e ao avanço do neoliberalismo. Esse sistema engendraria aquilo que Dardot e Laval (2016) chamaram de uma “nova razão do mundo”, marcada pelo enfraquecimento cada vez maior de qualquer forma de resistência e desmantelamento de uma série de políticas públicas e mecanismos de amparo social, ao ponto, inclusive, de fazer ruir regimes democráticos.

Estando ou não relacionado a este contexto macroestrutural, observa-se que desde 2012, o cenário político brasileiro sofreu uma série de turbulências. Naquele período, uma infinidade de controvérsias foi gerada a respeito de possíveis irregularidades na atuação do Estado e acusações de atos de corrupção, culminando na prisão de vários políticos, na realização de um golpe político-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e na prisão de Lula em 2018.

Explorar as raízes e todas as consequências do neoliberalismo está fora dos limites e do escopo deste trabalho. Além disso, como observa Piero Leirner (2022), atribuir as responsabilidades das turbulências políticas, sociais e econômicas que temos enfrentado nos últimos anos a uma conjuntura global e a forças internacionais retiraria completamente a agência e a responsabilidade de vários atores domésticos. Conforme Leirner (2022), entender, por exemplo, o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão do presidente Lula e a eleição de Bolsonaro e as suas consequências do ponto de vista social, político e econômico não podem ter uma única explicação.

De qualquer maneira, isso não quer dizer que essas forças não estejam atuando e é interessante perceber o contexto geral em que as instituições e políticas culturais passaram a ser enfraquecidas ou desmontadas, ao mesmo tempo em que setores de extrema direita com tendências autocráticas e defensores de políticas neoliberais passaram a assumir o poder no Brasil. Neste contexto, dentre outros elementos, houve uma pressão para descentralização das atividades da burocracia do Estado, reconfiguração e/ou desmonte de uma série de instituições e políticas voltadas ao campo da cultura, disciplina no dispêndio de recursos, corte e/ou limitações de seus gastos, terceirização dos serviços “não essenciais” e diminuição de investimentos.

No Governo de Michel Temer, entre 2016 e 2018, por exemplo, o Ministério da Cultura foi transformado em uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação e, após uma série de protestos da classe artística, foi posteriormente recriado. Ainda neste período, houve também a tentativa de extinção do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. No Governo Jair Bolsonaro, a partir de 2019, por sua vez, foi implementada uma reforma administrativa na qual o Ministério da Cultura foi dissolvido e transformado em uma secretaria, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo. Além disso, estes governos foram marcados por um completo desmonte das instituições e das políticas públicas de cultura no País, com claros rebatimentos nas esferas estaduais e municipais, no que tange ao repasse de recursos, mecanismos de fomento e ações programáticas.

Nas palavras de Motta e Sarmiento (2022, p. 243), nesse período ocorreu uma espécie de “agenda política lesa-civilização”, com impactos diretos no campo da cultura. Como eles apontam, houve reiterados ataques a iniciativas consideradas anteriormente como “liberais”, a exemplo da Lei Rouanet. Atrasos nas aprovações e reprovações de projetos (alguns, inclusive, já confirmados com patrocinadores). Veto por parte do governo federal a leis que buscavam garantir recursos emergenciais para artistas durante a pandemia da Covid-19, como as chamadas “Lei Aldir Blanc” e “Lei Paulo Gustavo”. Tentativa de venda de edificações públicas de valor histórico reconhecido internacionalmente pela UNESCO, como o Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Extinção de órgãos por decretos presidenciais e remoção ou exoneração de dirigentes com reconhecida competência e expertise em postos chave em órgãos da cultura e do patrimônio, como o IPHAN. Ataques a setores da classe artística, dentre outras situações a que produtores culturais passaram a chamar de “apagão cultural” ou “guerra à cultura” (HICKSON, 2020; MOTTA, SARMENTO, 2022; ROCHA, 2022).

Somam-se a estes aspectos uma tendência crescentemente autoritária por parte do governo federal, defesa de pautas conservadoras, controle ideológico e censura no campo da cultura e do patrimônio. Como observou Sophia Cardoso Rocha (2022), já no primeiro dia de governo de Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi dissolvido e rebaixado ao status de secretaria. Durante os quatro anos de mandato, além disso, o órgão foi ocupado por sete diferentes representantes. Neste período, conforme Rocha (2022), alguns desses secretários se destacaram mais por ações como a retirada de apoio a projetos ligados a temáticas LGBTQIA+, elogios à ditadura militar, pronunciamento inspirado pelo ministro de Propaganda da Alemanha nazista

e por andarem armados em Brasília do que pelas políticas propriamente voltadas ao campo da cultura e do patrimônio.

De acordo com o relatório final do Gabinete de Transição Governamental instituído entre 2022 e 2023 para avaliar as condições e planejar as ações a serem tomadas pelo governo federal recém-eleito:

A área da cultura foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo Bolsonaro, com impactos negativos sobre o orçamento destinado à pasta, as estruturas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais, e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura. O governo Bolsonaro amplificou o discurso de criminalização das artes e da cultura, com impactos agudos sobre artistas, trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural (GABINETE, 2022, p. 22).

Piero Leirner (2022) chama atenção para a estratégia de guerra informacional permanente instituída nos últimos anos pelo governo Bolsonaro e por seus apoiadores. Em suas palavras, uma espécie de “guerra híbrida” na qual se utilizam várias estratégias de ataques em diferentes campos e fazem borrar as fronteiras entre os atores sociais envolvidos, engendrando um estado permanente de disputa de todos contra todos. Nesse contexto, há um jogo de permanentes contradições e métodos variados de ataques, incluindo aquilo que ele chama de “grande inversão” em que se projeta a diferentes agentes, ora associados ao campo político adversário, “bandeiras falsas” que precisam ser combatidas.

Nos últimos anos, portanto, a política de austeridade, o cerceamento à liberdade de expressão dos artistas, o desprezo pela cultura popular, a pauta moral conservadora cristã, tudo enfim se uniu em um complexo intrincado jogo que, conforme mencionado, alguns analistas têm classificado como “apagão” ou guerra à cultura e ao patrimônio. Nesse contexto, ainda que indiretamente, diversas expressões e equipamentos culturais passaram a ser impactados.

O (quase) fechamento de um museu e a salvaguarda do frevo

Em fevereiro de 2019, um pouco antes do Carnaval, a artista pernambucana Flaira Ferro lançou no *Youtube* o videoclipe da música “Revólver” (FERRO, 2019). Com versos provocativos, em meio a *riffs* de guitarra, linhas de contrabaixos, *samplers* e *beats* eletrônicos e com uma sonoridade muito semelhante ao punk-rock, a composição foi uma espécie de frevo-

protesto contra a eleição de Bolsonaro.⁵ Além disso, a composição foi um manifesto em defesa das expressões artísticas em suas várias dimensões, frente ao contexto político brasileiro daquele período.

No videoclipe, Flaira e as personagens representam figuras que vivem em uma cidade cujos habitantes se assemelham a zumbis. Seres deprimidos, com surtos psicóticos, vestindo farrapos, que, a despeito da tentativa de controle e de extermínio dos seus corpos e mentes, libertam-se e resistem por meio da dança. Os passos do frevo, nominalmente citados na canção – “ferrolho”, “tramela”, “rojão”, “abre-alas”, “tesoura”, “martelo”, “espalhando-brasa” – neste contexto, assemelham-se a golpes de capoeira, com cabeçadas, socos, meias-luas e pontapés. Entre os versos da canção, Flaira alerta que “uma cidade triste é fácil de ser manipulada”. Mas que a “arte” é uma espécie de “contra-ataque da guerra”. Uma “luta armada” por meio da qual é possível se defender das tentativas de dominação.

Assim como no referido videoclipe, o Carnaval daquele ano foi marcado em todo o Brasil por diversos tipos de protestos contra o projeto de governo do recém-eleito Jair Bolsonaro, seguindo aquilo que vinha ocorrendo nos anos anteriores em relação ao governo Temer. Foi o ano, por exemplo, do famoso samba-enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, em homenagem a Marielle Franco, vereadora e ativista dos direitos humanos assassinada em 2018 (NOVOS ESTUDOS, 2020).

Em Pernambuco, o que mais se ouvia nas ladeiras de Olinda, local onde acontece a maior concentração de agremiações do Carnaval de rua do estado, eram coros e xingamentos de multidões inteiras entoando gritos de guerra, insultos, canções e palavras de protesto contra o presidente recém-eleito. A mesma coisa havia ocorrido nos anos anteriores, depois do golpe contra a presidente Dilma e a instalação do governo de Michel Temer. Vale ainda salientar que, em outubro de 2018, durante o segundo turno do período eleitoral daquele ano, mais de cinquenta agremiações carnavalescas de frevo desfilaram na cidade de Olinda, fazendo uma espécie de cortejo em defesa do “Ele não!”.⁶

Além disso, no Carnaval de 2019, os integrantes de agremiações tradicionais da cidade, como o Grêmio Lútero Recreativo Cultural Misto Carnavalesco Eu Acho é Pouco, traziam estampadas em suas camisetas menções como: “Carnaval é política”, “Ninguém solta a mão de

⁵ O símbolo utilizado na campanha de Bolsonaro em 2018 por ele e por seus apoiadores era uma arma e, entre as suas propostas de governo, estava a ampliação do porte de armas para a população.

⁶ Slogan que havia sido utilizado nas campanhas em redes sociais e passeatas contrárias à eleição de Bolsonaro realizadas em várias cidades do Brasil.

ninguém”, “Ditadura nunca mais”, entre outras, a partir de frases que foram utilizadas durante a campanha de 2018, contra a candidatura do presidente recém-eleito na época. Essa também foi a tônica de muitas mensagens direta ou indiretamente pronunciadas por artistas durante os grandes shows que ocorreram nos palcos do Carnaval do Recife daquele ano.

Entretanto, 2019 foi também o ano em que Bolsonaro utilizou as suas redes sociais para compartilhar um vídeo com cenas de pornografia registradas em um bloco de Carnaval de rua de São Paulo, como forma de estimular os seus seguidores mais conservadores a condenarem a festa (G1, 2019). Além disso, entre o final de 2018 e início de 2019, logo após as eleições, foi ainda o período em que o Museu Paço do Frevo fechou temporariamente as portas e a maior parte dos seus funcionários foi demitida.

Conforme as informações oficiais, houve um imbróglio em relação ao prazo legal para renovação do contrato com a Organização Social que geria o espaço, obrigando o fechamento do museu até que as questões burocráticas fossem resolvidas. Nos bastidores, no entanto, falava-se de um atraso fora do comum no repasse de recursos e uma tentativa de negociação por parte da Prefeitura do Recife para um aporte financeiro com um valor infinitamente menor do que o mínimo necessário para manutenção do equipamento. Além disso, nos últimos anos, teria ocorrido uma redução expressiva de patrocínio e fomento por meio de editais e chamadas públicas, em razão do contexto geral de retirada de investimentos e desmonte nas políticas culturais no País.⁷

Tudo indica que o fechamento do Paço do Frevo, de qualquer modo, não teria sido provocado por uma ação deliberadamente contrária ao frevo, ao Carnaval ou ao museu por parte do governo federal, estadual ou municipal de modo mais específico. É mais provável que isso tenha ocorrido como uma das consequências indiretas das crises que vinham afetando o setor cultural desde 2016. Nas palavras do ex-gestor do equipamento, Eduardo Sarmento, isso teria ocorrido muito mais em razão de dificuldades de condução política do que uma consequência direta do que estava ocorrendo no plano federal. Conforme Sarmento, o orçamento do Paço do Frevo constava na Lei Orçamentária Anual – LOA da Prefeitura do Recife e havia previsão legal de renovação do contrato de gestão. Mas o repasse de recursos e a renovação do contrato

⁷ Neste mesmo período, instituições como a Casa do Choro no Rio de Janeiro e outras instituições do Brasil sofreram duramente com o fim do patrocínio da Petrobrás (CORREIO, 2019) Além disso, vários outros equipamentos culturais fecharam suas portas no Recife, como o Centro Cultural Correios, localizado na mesma região do Paço do Frevo (JORNAL DO COMMERCIO, 2020).

acabaram não ocorrendo da forma e no prazo estabelecidos, gerando uma enorme dificuldade para a manutenção do equipamento.

Por outro lado, talvez não seja possível dissociar completamente do que estava ocorrendo no restante do Brasil. Como observa o próprio Sarmento:

Eu acho que isso tem a ver primeiro com uma característica... Vamos nos localizar dentro do campo de museus... Uma característica do próprio modelo que é implantado no Brasil, em que mais de 87% é de natureza administrativa pública, né? Então, há uma dependência total do Estado. Durante muito tempo, esse modelo talvez fizesse sentido. Mas, dentro do contexto neoliberal - de desmantelamento, de diminuição desse estado do bem-estar social - essa vulnerabilidade se torna um elemento de inviabilização da produção, da fruição cultural, da produção artística, da viabilização dos próprios equipamentos, da existência dos próprios museus [...]. No contexto em que o Ministério é atacado ou acabado... No contexto em que você não tem mais um orçamento, isso se torna inviável... [Entrevista: Eduardo Sarmento, 2023].

Após o protesto realizado em dezembro de 2018 na frente do Paço do Frevo, mencionado no início deste artigo, em decorrência dos rumores que passaram a circular na cidade, a Prefeitura do Recife veio a público por meio de uma nota à imprensa para garantir que o equipamento não iria ser fechado e que as questões burocráticas seriam resolvidas. Contudo, conforme mencionado, dias após o protesto, o Paço do Frevo encerrou temporariamente as atividades e quase todos os seus funcionários foram demitidos.

Nesse período, até que as questões burocráticas fossem resolvidas, a prefeitura designou uma pequena equipe de servidores públicos para gerir temporariamente o espaço e a Organização Social, anteriormente responsável pela gestão do equipamento, manteve apenas o contrato com a produtora cultural, que lidava mais diretamente com a gestão dos projetos e o contato com os artistas, e de uma funcionária que estava em período de licença maternidade. Na ocasião, o espaço reduziu significativamente o horário e os dias de funcionamento e todas as apresentações e atividades do museu foram suspensas. Além disso, o pessoal designado para atuar no espaço se voltou prioritariamente à garantia da segurança do edifício e à integridade do acervo.

Neste contexto, membros do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo⁸ e um grupo independente de 30 pessoas, formado por artistas, estudantes, advogados, professores universitários e até mesmo um médico, que frequentava assiduamente o referido equipamento

⁸ O Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo é um coletivo composto por membros da sociedade civil e do poder público, formado após o reconhecimento do frevo enquanto patrimônio pelo IPHAN e que acompanhou diretamente as discussões para a criação do referido museu.

e que estava direta ou indiretamente envolvido com o frevo decidiu se reunir informalmente em torno de uma espécie de “coletivo do frevo”. O grupo se uniu com o propósito de discutir estratégias de ação para pressionar o poder público local a reabrir plenamente o museu e a garantir a execução de políticas públicas em torno da salvaguarda desta expressão cultural.

Apesar de o grupo ser pequeno em termos numéricos, o coletivo mostrou-se bastante influente. Suas ações passaram a ter uma relativa visibilidade, pela relação que determinados membros mantinham com jornalistas e alguns políticos. Para se ter uma ideia, durante as atividades do Gabinete de Transição Governamental, formado no final de 2022, entre os governos de Bolsonaro e de Lula, por exemplo, alguns dos seus integrantes foram convidados a participar de reuniões para discutir sobre demandas do setor e identificar ações e políticas efetivamente realizadas em torno do frevo pelo último governo.

Em fevereiro de 2019, com isso, o coletivo conseguiu articular a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal do Recife. Para tanto, contou com o apoio de vereadores mais envolvidos com demandas de determinados movimentos sociais, como o vereador Ivan Moraes, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. O objetivo da audiência era justamente discutir com a Prefeitura do Recife a situação do museu em questão e as políticas públicas em torno do frevo.

Estavam presentes na ocasião, além de integrantes do coletivo, vereadores, representantes da Superintendência do IPHAN em Pernambuco e gestores do Paço do Frevo e demais membros do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo. O prefeito e o presidente da Fundação de Cultura da Prefeitura do Recife, no entanto, não compareceram. No lugar disso, enviaram uma assessora, que se comprometeu a ouvir as demandas dos participantes e repassar as informações à gestão municipal.

Durante a audiência pública, os representantes do coletivo e um técnico da Superintendência do IPHAN em Pernambuco chamaram atenção para a relevância das ações que o museu vinha desenvolvendo. Além disso, destacaram a urgência de ações para a manutenção daquele e dos demais equipamentos ligados ao frevo na cidade. Um dos representantes da antiga gestão do Paço do Frevo indicou ainda que houve, ao longo dos últimos anos, uma diminuição e um atraso significativo de repasses para a manutenção do museu. Os participantes chamaram atenção também para a necessidade de os poderes públicos em nível municipal, estadual e federal implementarem políticas públicas voltadas para a salvaguarda desta expressão cultural e manutenção de seus equipamentos.

Após a referida audiência, a prefeitura se comprometeu a manter o funcionamento do Paço do Frevo, a despeito do contexto geral de austeridade econômica. O contrato de gestão com a antiga Organização Social que geria o museu foi renovado depois de algumas semanas. Além disso, a gestão municipal garantiu também a reabertura e a reforma de alguns outros equipamentos, como a Escola Municipal de Frevo Maestro Fernando Borges e a Casa do Carnaval.

Ainda assim, durante os meses posteriores, o Paço do Frevo funcionou de forma extremamente precária, com uma quantidade reduzida de funcionários, atraso no pagamento de bolsas dos estagiários, programação artística suspensa e déficit na manutenção da infraestrutura. Neste período, o museu viveu aquilo que alguns jornais classificaram como “dias de agonia”. Elevador sem funcionar, catraca de acesso aos visitantes quebrada, ar condicionado desligado e espaços interditados foram algumas situações vivenciadas naquele período. Parte dessas situações se estenderam, inclusive, durante vários meses no ano de 2019, a despeito da renovação do contrato de gestão e a recontratação de parte da equipe que trabalhava anteriormente no museu.

Com a chegada da Covid-19 ao Brasil a partir de março de 2020, em meio ao governo Bolsonaro, mais uma vez o museu foi obrigado a fechar temporariamente as portas. Assim como ocorreu com muitos outros equipamentos culturais ao redor do Brasil e do mundo (SCHENKEL, 2020), esse período foi marcado por inúmeros desafios para a manutenção das atividades e da equipe, bem como para a transferência de parte de suas ações para o ambiente virtual. Neste período, a gestão do Paço do Frevo aderiu à proposta do governo federal instituída por meio da Medida Provisória n. 936/2020,⁹ de redução da jornada de trabalho e dos salários da equipe, como forma de garantir que ninguém seria demitido durante a pandemia.

Na época, o museu passou a utilizar as suas redes sociais para discutir temas relacionados ao universo do frevo, estimular “visitas” virtuais e realizar oficinas e apresentações artísticas, utilizando o *Youtube*, *Instagram* e outras plataformas da *Internet*, em meio àquilo que Noleto (2020, p. 83) chamou de uma “pandemia de *lives*” e diante do que Schenkel (2020) identificou como uma ansiedade generalizada de instituições em todo o mundo

⁹ De acordo com a Medida Provisória n. 936/2020, instituída durante a pandemia, “ao empregador será permitida a realização de acordo para a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário de seus empregados de 25%, 50% ou 70% por até três meses, ficando o governo responsável pelo pagamento do restante do salário com o uso de parte do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito” (AGÊNCIA SENADO, 2020).

“em se manterem visíveis e relevantes, a fim de justificar a manutenção de equipes e patrocínios, mesmo a portas fechadas” (SCHENKEL, 2020, p. 3).

Enquanto isso, representantes de agremiações de frevo, passistas e músicos tentavam garantir a sua sobrevivência física diante do contexto de emergência de saúde pública mundial e em meio a um cenário de extrema vulnerabilidade econômica do segmento. A referida vulnerabilidade, como mencionado, ficou marcada, por exemplo, pelo veto presidencial à “Lei Aldir Blanc” e à “Lei Paulo Gustavo”, voltadas para garantir recursos emergenciais aos trabalhadores da cultura durante a pandemia da Covid-19, e por outras formas de falta de apoio por parte de setores do poder público ao segmento da cultura naquele período.

Quando houve uma situação considerada mais segura para retorno e as medidas de isolamento social foram reduzidas, em meados de setembro de 2020, o Paço do Frevo reabriu as suas portas e passou a retomar algumas atividades. Ao longo desse período, integrantes do coletivo do frevo passaram a integrar o Comitê Gestor do Paço do Frevo, criado para fiscalizar, discutir e garantir transparência às ações do equipamento. Além disso, a Organização Social IDG, responsável pela administração do Paço do Frevo, veio a ampliar e diversificar cada vez mais o perfil de seus patrocinadores a partir de editais e parcerias diretas com a iniciativa privada,¹⁰ de modo a tentar garantir um espectro mais variado de recursos e maior previsibilidade orçamentária para manutenção do espaço.

Percebe-se enfim que o Paço do Frevo de alguma forma resistiu, em meio ao contexto de intensa instabilidade política e econômica em diversas esferas governamentais. Para isso, foi necessária uma mobilização intensa e permanente de artistas e coletivos culturais ligados ao frevo, em defesa da salvaguarda daquilo que eles consideravam como o “seu patrimônio” e uma crescente adequação do museu aos padrões neoliberais de gestão.

Por outro lado, o fechamento ou o (quase) fechamento do museu revela parte dos desafios para manutenção de equipamentos culturais e da gestão no campo museal e do patrimônio em um cenário de permanente fragilidade. Apesar de o frevo aparentemente não ter sido um alvo direto e preferencial da chamada “guerra à cultura”, a salvaguarda desta expressão cultural e a manutenção de museus como o Paço Frevo foram, de alguma forma, afetadas pelos cenários cambiantes que vivenciamos nos últimos anos.

¹⁰ Dentre os quais, o Banco Itaú e a mineradora multinacional Vale S/A.

Considerações finais

Neste artigo, procurei trazer alguns apontamentos em torno das consequências de um período político e econômico extremamente turbulento no Brasil para o campo da cultura e do patrimônio. Os impactos destes tempos ainda estão por ser plenamente avaliados e compreendidos. Nem mesmo episódios mais críticos e diretos, como os que ocorreram no dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão de prédios públicos e a depredação física da estrutura dos edifícios, do mobiliário e das obras de arte na Praça dos Três Poderes, em Brasília¹¹, talvez sejam suficientes para mensurar e entender as repercussões dos ataques ao patrimônio cultural nos últimos anos.

Apesar disso, ainda que a depredação, naquele caso, dos edifícios – concebidos por Oscar Niemeyer e que fazem parte da lista de bens reconhecidas como Patrimônio Mundial pela UNESCO –; as perfurações à tela “As Mulatas” de Di Cavalcanti – um dos maiores representantes da arte modernista no Brasil; a depredação ao relógio do século XVII – doado por Dom João VI e confeccionado pelo relojoeiro de Luís XIV –, dentre outros objetos de valor artístico e histórico irreparáveis (IPHAN, 2023), não tenham sido direcionados exatamente aos bens propriamente ditos (TAVOLARI; MEDEIROS, 2023), e nem, possivelmente, muitas daquelas pessoas tivessem conhecimento do valor histórico e artístico atribuído aos objetos depredados,¹² não há, talvez, como dissociar completamente tais ações do que ocorreu com o campo da cultura e do patrimônio nos últimos anos.

É importante lembrar que não há univocidade quando nos referimos aos sentidos dos objetos (assim também como ao que entendemos como “patrimônio”). Como já nos ensinou Appadurai (2008); Gonçalves (2007), Miller (2013), entre outros, os objetos circulam e podem assumir diferentes significados para diferentes atores sociais ao longo do tempo. A violência empreendida naqueles atos não foi, portanto, necessariamente um ataque às obras de Niemeyer, à arte modernista ou ao mobiliário colonial de estilo setecentista. Mas uma tentativa de golpe

¹¹ No dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a cerimônia de posse do presidente Lula, milhares de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro viajaram para Brasília para se juntar a outros que estavam acampados em frente ao Quartel General do Exército para protestar contra supostas fraudes nas eleições de 2022. Neste dia, os manifestantes seguiram em caminhada para a chamada “Praça dos Três Poderes” e invadiram e depredaram estruturas, mobiliário e obras de arte e agrediram jornalistas e policiais, numa tentativa forçada de tomada do poder e de incitação a um golpe militar (TAVOLARI; MEDEIROS, 2023).

¹² Muitos bens, inclusive, estariam associados a uma ideia de patrimônio numa perspectiva colonial, eurocêntrica e branca em consonância com os valores teoricamente defendidos por muitos dos manifestantes.

aos poderes (democrática e legitimamente) instituídos que estariam, de alguma forma, associados àqueles objetos e edificações.

O ataque, a perseguição e o controle ideológico direcionados aos artistas, às expressões culturais e a determinados setores do patrimônio, vivenciadas tanto nos últimos anos quanto nestes episódios, portanto, podem ser compreendidos como uma tentativa de controle e cerceamento em relação àquilo que em dado momento essas expressões ou bens representam. Ou seja, expressões artísticas e bens culturais que, direta ou indiretamente, eram vistos como símbolos de um governo contrário ao projeto político que buscava-se implantar.

Como uma espécie daquilo que Piero Leirner (2022) chamou de “guerra híbrida”, nesse contexto, o relógio de Dom João VI e até mesmo a performance de artistas como Anitta,¹³ guardadas as suas diferenças e por mais paradoxal que possa parecer, passam a ser representações do mesmo “inimigo político” a ser combatido em dado momento. Isso parece ter afetado, ainda que indiretamente, expressões como frevo e equipamentos culturais relacionados a essas formas de patrimônio.

Conforme mencionado, o Paço do Frevo resistiu a esse contexto de instabilidade, graças à mobilização intensa e permanente de artistas e coletivos culturais em defesa da salvaguarda do “seu patrimônio” e das readequações que o próprio equipamento foi obrigado a fazer. Como um museu que passou a se projetar como um equipamento de referência importante para diversos segmentos ligados a esta expressão cultural, por outro lado, o caso do Paço do Frevo também nos alerta para os desafios possivelmente ainda maiores vivenciados pelos próprios artistas e coletivos deste segmento. São tempos, enfim, em que um museu se transforma em um campo de batalha e que atores sociais envolvidos com um determinado bem cultural são instados a assumir uma posição daquilo que a artista pernambucana Flaira Ferro chamou de “contra-ataque da guerra”.

¹³ Anitta é uma cantora, compositora e dançarina pop brasileira de grande fama e popularidade entre o público jovem que passou a ser criticada e perseguida pelos apoiadores do ex-presidente Bolsonaro ao declarar apoio à candidatura de Lula em 2022.

Referências

AGÊNCIA SENADO. MP prevê novas regras para redução de jornada e salário e suspensão de contrato. **Agência Senado**. 2 abril de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/02/mp-preve-novas-regras-para-reducao-de-jornada-e-salario-e-suspensao-de-contrato#:~:text=Ao%20empregador%20ser%C3%A1%20permitida%20a,que%20o%20trabalhador%20teria%20direito>. Acesso em 28 fev. 2023.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: CAVALCANTI, Maria Laura. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008. p. 11-38.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. **Ethnicity, Inc.** The University of Chicago Press, Chicago, 2009.

CORREIO Brasiliense. Após perder patrocínio da Petrobras, projetos tentam garantir sobrevivência. In: **Correio Brasiliense**. 5 de julho de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/07/05/interna_diversao_arte,768390/apos-perder-patrocinio-da-petrobras-projetos-tentam-garantir-sobreviv.shtml. Acesso em 23 fev. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Paço do Frevo em dias de agonia. In: **Diário de Pernambuco**. 10, Dez, 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/12/paco-do-frevo-em-dias-de-agonia.html>. Acesso em: 16 fev. 2020.

ESTEVES, Leonardo L “**Cultura**” e **Burocracia**: as relações dos maracatus de baque solto com o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

_____. Dilemas e Desafios na Aplicação dos INRCs: Notas sobre a atuação dos antropólogos nos Inventários para Registro do Patrimônio Imaterial. **Áltera Revista de Antropologia**, v. 1, p. 141-163, 2017.

_____. A profanação dos estandartes do frevo: os desafios da musealização de um patrimônio imaterial. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 23, n. 60, p. 61-74, abril, 2022a.

_____. A formação e a atuação profissional em Antropologia no Brasil atual: notas do *front* de batalha. In. HOCHMAN, Gilberto (Org.). **As ciências sociais e a pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2022b, p. 42-65.

FERRO, Flaira. Clipe Oficial de Revólver de Flaira Ferro. 2019. 1 Vídeo (3,5 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H3jv4Vlh844>. Acesso em 10 de fev. 2023.

GABINETE de Transição Governamental. **Gabinete de Transição Governamental 2022 - Relatório Final**. Brasília, Dezembro, 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>. Acesso em 10 de jan. 2023.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 237-364.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2a. ed. Rio de Janeiro, 2009, p. 25-33.

_____. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Museu, memória e cidadania, 2007.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, janeiro-junho, p. 211-228, 2015.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Urban interventions, memories and conflicts: black heritage and the revitalization of Rio de Janeiro's Port Zone. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., 2013 10(1), jan. 2013.

_____. A produção do “patrimônio revitalizado” pelo Porto Maravilha: categorizações e gestões de uso em uma rua comercial. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, 27 jan. 2020.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. (Ed.) **Anthropological location: boundaries and grounds of a field science**. Berkley; Los Angeles; London: University of California Press. 1997.

G1. Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é 'golden shower'. G1. São Paulo. Globo, 6 Mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2023.

HICKSON, Melina. A guerra para viver de cultura no Brasil. In. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 158 | Brasil 1 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-guerra-para-viver-de-cultura-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2020.

IPHAN. **Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo**, 1. Recife: Prefeitura do Recife; IPHAN, 2011.

_____. **Relatório preliminar: vistoria de bens culturais afetados por vandalismo Praça dos Três Poderes – Brasília/DF**. Brasília: IPHAN, 2023.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL DO COMMERCIÓ. Futuro do Paço do Frevo é incerto. In. **Jornal do Commercio**. 13, Nov, 2018. Disponível em:

<https://jonline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2018/11/13/futuro-do-paco-do-frevo-e-incerto-361923.php>. Acesso em: 16 fev. 2020.

_____. Histórico prédio que abriga Centro Cultural dos Correios no Recife será vendido. In. **Jornal do Commercio**. 11, Ago, 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/cultura/2020/08/11961616-historico-predio-que-abriga-centro-cultural-dos-correios-no-recife-sera-vendido.html>. Acesso em 3 mar. 2023.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. 2a. ed. São Paulo: Alameda, 2022.

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, 11 (22): p. 111-127, 2001.

MEYER, Birgit; PORT, Mattijs Van De. Introduction: Heritage Dynamics: politics of authentication of persuasion and cultural production of the real. In. MEYER, Birgit; PORT, Mattijs Van De (Eds.). **Sense of Essence**: Heritage and Cultural Production of the real. New York: Berghahn Books, 2018, p. 1-41.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOTTA, Antônio; SARMENTO; Luiz Eduardo. Museus, ingerência privada e o arremedo brasileiro do neoliberalismo. In. CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (Orgs.) **Patrimônios e Museus**: inventando futuros. Brasília, DF: ABA; Publicações; Natal, RN: EDUFERN, 2022, p. 243-276.

NASCIMENTO, Anamaria. Após especulação de fechamento, Prefeitura diz que Paço do Frevo continua aberto, mas com horário reduzido. In. **Diário de Pernambuco**. 13, Fev. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2018/11/apos-especulacao-de-fechamento-prefeitura-diz-que-paco-do-frevo-conti.html>. Acesso em: 16 fev. 2020.

NOLETO, Rafael da Silva. Pandemia de lives: sobre Covid-19 e música no Brasil. In. GROSSI, Miriam Pillar Grossi; TONIOL, Rodrigo (Orgs.) **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, p. 387-393.

NOVOS ESTUDOS. Um ano da morte de Marielle Franco: entrevista. **Novos Estudos/Cebrap** 2020.

PEIXOTO, Paulo. O Patrimônio e seus demônios nas sociedades contemporâneas. In. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, 289-302, 2016.

ROCHA, Sophia Cardoso. Institucionalidade da Cultura no Brasil em Três Tempos. BARROS, José Márcio [et al.] Cord. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**. v. 98 (nov.-dez. 2022), Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, p. 14-27, 2022.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

SCHENKEL, Camila. Em quarentena: apontamentos sobre educação em museus em tempos de pandemia. **PORTO ARTE**: Revista de Artes Visuais, Porto Alegre, RS, v. 25, n. 43, jun. 2020.

TAVOLARI, Bianca; MEDEIROS, Jonas. A reintegração de posse dos patriotas. In. **Quatro, cinco, um**. São Paulo: Associação Quatro Cinco Um. 11 jan. 2023.

Recebido em 25 de abril de 2023 | Aceito em 12 de junho de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional